

**CARTA POLÍTICA
DO SEMINÁRIO
DE FORMAÇÃO
SOBRE OS IMPACTOS
DOS GRANDES
EMPREENDIMENTOS
DE ENERGIA EÓLICA EM
PERNAMBUCO**



Carta Política do Seminário de Formação sobre os Impactos dos Grandes Empreendimentos de Energia Eólica em Pernambuco

A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco (FETAPE), que representa 174 Sindicatos de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, e parceiros, a partir do Seminário “Armadilhas das Eólicas - Impactos dos Grandes Empreendimentos de Energia Eólica em Pernambuco”, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2021, de forma remota, nos propõem as seguintes indagações: ***A que preço se investe em energia renovável? Até que ponto é energia limpa? Como enfrentar os impactos socioambientais causados pelos parques eólicos? Qual é o papel de cada ator e atriz nessa história?***

A partir dessas indagações, por meio da Diretoria de Política para o Meio Ambiente da Fetape e dos Sindicatos filiados nas regiões afetadas por esses grandes empreendimentos, foram organizadas, desde fevereiro de 2021, visitas a alguns municípios do Agreste Meridional (Caetés, Paranatama, Venturosa), Agreste Central (Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus) e Mata Sul (Bonito). Nessas localidades foram identificados impactos provocados pela instalação de Parques Eólicos na vida dos agricultores e agricultoras familiares, como rachadura nas residências, desmatamento de áreas nativas, problemas de saúde física, neurológica e risco de vida, acarretando até no abandono de suas propriedades. Além desses problemas, foram constatadas irregularidades na relação entre as empresas de geração de energia eólica e as famílias atingidas pelos parques eólicos.

O mundo todo, diante da gravidade das mudanças climáticas globais, está ensaiando uma transição em sua matriz energética, dos combustíveis fósseis para as energias renováveis, com destaque para a eólica e a solar. O Brasil, também, como afirma o professor Heitor Scalabrini, vem passando por essa transição e a energia eólica tem tido um crescimento extraordinário de Parques Eólicos, a maior parte instalados no Nordeste, onde se concentram mais de 80% desses empreendimentos no Brasil.

Em Pernambuco, desde 2015, a Lei Estadual nº 15.621/2015, alterou a Política Florestal do Estado, Lei Estadual Nº 11.206/1995, para favorecer os empreendimentos eólicos e acabou por tirar toda proteção dos brejos de altitude do estado ao elevar a altitude de 750m para 1.100m. Os brejos de altitude são um verdadeiro oásis no meio do Semiárido e funcionam como verdadeiras caixas d'água por serem berço de uma grande quantidade de nascentes. Além de repor aquíferos e rios que abastecem milhares de pessoas, eles têm um papel fundamental na regulação hídrica e no balanço térmico de diversas regiões no estado.



Segundo o Atlas Eólico Solar do Estado de Pernambuco, lançado em novembro de 2017, o vento é mais intenso nas regiões de altitude, como a Zona da Mata Norte, a faixa central entre a Zona da Mata e o Agreste, e na região em torno do município de Garanhuns. Já no Sertão, as regiões privilegiadas, nas quais se associa o relevo ao clima de altitude, estão o Sertão do Moxotó, o Sertão do Itaparica, a região do Sertão de São Francisco, a faixa noroeste do Sertão do Pajeú e a Chapada do Araripe. Hoje, o estado tem 34 parques eólicos em operação.

Ainda de acordo com o Atlas, alguns setores vêm expressando um certo otimismo sobre a rentabilidade e viabilidade socioeconômica deste tipo de empreendimento. Contudo, a grande questão que se apresenta é que este modelo de expansão das eólicas gera fortes danos sociais e ambientais, como revelam diversos estudos. Destacamos aqui algumas consequências, dependendo do ecossistema em que os parques eólicos são instalados:

- Desmatamento da Caatinga e da Mata Atlântica; agressão ao bioma com a supressão vegetal e diminuição das áreas de cultivos da agricultura familiar;
- Extinção de nascentes ou olhos d` água que alimentam os rios de importantes bacias hidrográficas como a do Ipojuca e o Capibaribe;
- Previsão de construção de Parques em áreas de unidades de conservação e de proteção de animais ameaçados de extinção;
- Produção de ruídos pelos aerogeradores, cujas turbinas exercem pressão prejudicando a audição dos moradores das áreas próximas a sua localização;
- Fissuras nas residências provocadas pelas explosões realizadas para a instalação das torres que precisam ser reparadas ou reconstruídas;
- Desaparecimento ou mudança nas rotas de aves, abelhas e morcegos;
- Empobrecimento do solo da região, como afirmam alguns ambientalistas, através do desaparecimento das nascentes, provocado pelas profundas intervenções que ocorrem na instalação das torres, utilizando muita água e concreto;
- Violação dos direitos das famílias, a partir de contratos de arrendamento realizados sem a devida transparência e negociados sem a presença do Estado ou de uma entidade reguladora;
- Prejuízos para a agricultura familiar, com diminuição da produção e migração do produtor para outra atividade produtiva;
- Conflitos entre vizinhos por conta das demarcações por onde os aerogeradores e as estradas irão passar;



- Perda de qualidade na Seguridade Social, pois o agricultor passa a ser fornecedor de energia, mas, em compensação, perde sua aposentadoria como trabalhador rural.

Mais relatos de agricultores e agricultoras, sobre os processos de implantação dos parques eólicos, a partir do arrendamento de terra feito pelas empresas de energia eólica, constatam que:

a) Não há transparência: as famílias não recebem as explicações devidas sobre o funcionamento das torres e suas consequências; agricultores não sabiam o que estavam assinando ou assinaram para não atrapalhar o contrato dos vizinhos; a promessa de retirada das casas não ocorreu.

b) Há muita burocracia: ausência da cópia dos contratos; coerção no ato da assinatura, inclusive, com ameaças de serem levados à presença do juiz; as famílias sentem-se lesadas; os contratos foram assinados por 35/50 anos, com renovação automática.

c) Há toda uma série de questões com a terra e os territórios: torres instaladas muito próximas às casas; algumas famílias acreditam ter perdido as propriedades e não terão mais lugar para construir a casa dos filhos; os sinais de internet e televisão foram prejudicados; famílias foram expulsas de suas casas e outras não saíram por não terem para onde ir; algumas reformas feitas nas moradias com forro de PVC não eliminaram o ruído dos aerogeradores; com o processo de instalação das torres e a detonação de pedras, as paredes das casas sofreram rachaduras.

d) Quanto à indenização: até hoje há ainda muitas famílias que não foram indenizadas.

e) Quanto à saúde: pessoas estão adoecendo por causa da irradiação e quem está acometido por doenças respiratórias fica mais afetado; os ruídos interferem no sono, principalmente, de crianças, idosos e idosas e pessoas com problemas mentais e depressão, entre outros; acontecem choques elétricos em períodos chuvosos.

f) Há uma significativa redução na produção de leite e ovos.

Queremos ressaltar, mais uma vez, que não nos posicionamos contra a energia eólica em si, mas questionamos esse modelo de desenvolvimento que está sendo implantado, em grande escala, de cima para baixo, sem ouvir as comunidades do campo e sem respeitar os direitos das pessoas e da Mãe Terra, colocando em risco a vida dos brejos de altitude e do bioma Caatinga. Os parques eólicos não podem ser instalados em áreas contínuas e devem respeitar os minifúndios da agricultura familiar que, hoje, são responsáveis por 70% da produção de alimentos no País. Os direitos à terra, a saúde e a vida dos agricultores e das agricultoras devem estar em primeiro lugar.



No campo das energias renováveis, queremos afirmar que a transição energética, para nós, tem sentido somente se for justa, inclusiva e popular, e deve ocorrer sim, mas acompanhada de ações concretas que promovam a mudança e superação desse modelo, que não responde às necessidades da sociedade, mas busca somente gerar riquezas para grandes grupos econômicos, além de aprofundar a crise climática que coloca em risco a própria sobrevivência humana na terra.

Diante do exposto nesta carta, o Seminário de Formação sobre os Impactos dos Grandes Empreendimentos de Energia Eólica em Pernambuco propõe:

- Incentivar e universalizar a microgeração de energia, também chamada de energia descentralizada, visando atender as necessidades da agricultura familiar e a preservação dos ecossistemas;
- Reelaborar um novo mapa eólico do Estado de Pernambuco, que envolva na sua construção coletiva toda a sociedade: agricultores e agricultoras familiares, sindicatos, comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais populares e universidades;
- Que o Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas) e da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), faça o mapeamento das áreas que podem ou não receber parques eólicos, garantido na sua elaboração a participação das organizações sociais que lutam contra o impacto das eólicas no estado;
- Criar leis e outras normativas para regulamentar o processo de licenciamento das empresas, em nível estadual, que protejam os brejos de altitude, a Mata Atlântica e o bioma Caatinga;
- Realizar audiências públicas, visando a conscientização de comunidades, vereadores, prefeitos, Ministério Público e o Poder Judiciário;
- Responsabilizar as empresas a fazer uma compensação social e ambiental, retirando ou paralisando as torres que estão juntas a residências e a reparação dos danos causados;
- Fiscalizar o processo de compensação social e ambiental feito pelas empresas;
- Criar um fundo compensatório que possa ser gerido pela comunidade impactada pelos parques;
- Difundir o documentário produzido pela Fetape;
- Fortalecer a Acipe – Articulação de Entidades que lutam contra o Impacto das Eólicas em Pernambuco;



- Utilizar programas de rádio, podcasts, e redes sociais para denunciar, orientar e informar as comunidades quanto às consequências dos grandes empreendimentos de energia eólico e fotovoltaicos (energia solar);
- Colocar na pauta de discussão dos sindicatos os impactos dos parques eólicos nas comunidades, para que a conscientização da população se dê antes das instalações;
- Propor criação de leis nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, regulamentando a implantação dos parques eólicos, e/ou, fazendas solares, com a participação de todas as partes envolvidas; visando a preservação e sustentabilidade dos biomas;
- Articular uma Frente Parlamentar no Congresso e na Alepe em defesa das famílias e biomas atingidos e em risco;
- Mobilizar a comunidade em potencial de instalação de Parques Eólicos, para que se realize uma consulta prévia com o objetivo de minimizar os impactos sociais e ambientais e preservar os biomas.

A Fetape, seus 174 sindicatos filiados e parceiros continuarão lutando pelos direitos do homem e da mulher do campo, em defesa de um meio ambiente que garanta o bem viver.

Pernambuco, 15 de outubro de 2021.

